

O silêncio que compromete os credores do governo

Paulo Vellinho (*)

Há mais de 30 anos, sempre que revejo os meus apontamentos dos contatos mantidos pelas entidades de classe com o governo, reencontro um item que se repete em cada evento e que até hoje continua sem resposta:

Perguntava então — e pergunto ainda hoje — com que direito o governo paga quando quer e sem ônus sobre o atraso, quando, em contrapartida, é extremamente rigoroso em taxar com multa e correção monetária os eventuais devedores do Fisco.

Se por um lado o governo não questiona se o seu credor se asfixia com os títulos a receber, por outro também ignora a situação de seus devedores, sem olhar as causas da eventual inadimplência. Se fôssemos analisar o porquê do atraso do empresário no cumprimento de suas obrigações fiscais, veríamos que isto muitas vezes se deve, ou até quase sempre se atribui, ao próprio governo que, ao mudar sistemática, inesperada



e permanentemente as regras da economia, muitas vezes conduz o empresário a uma situação de liquidez difícil, da qual ele parte para uma inadimplência, tanto a nível de fornecedores de matérias-primas como de impostos governamentais.

Um exemplo clássico e recente desse fato é o que aconteceu com as máquinas e implementos agrícolas quando, de uma fase de estímulo à produção deles, atravessamos um período de "stop and go" para, finalmente, adotarmos para o financiamento desses bens juros quase de mercado e mudando, com isto, uma tradição implantada na mente dos granjeiros de que a máquina agrícola, por ser um bem essencial, deveria ser financiada a juros reais. Este é apenas um dos exemplos. Volto à colocação inicial para então registrar algumas preocupações.

Dizia que o volume dos débitos governamentais tem crescido ultimamente de forma geométrica. Na verdade, pela primeira vez que me recorde, em novembro passado, o governo confessou que devia em torno de 130 bilhões de cruzeiros aos seus fornecedores. E, ao admitir esse débito, confessava também não ter recur-

sos suficientes para pagá-lo, prometendo fazê-lo no mês de março de 1981, mas que realmente se efetuou em abril. Veja-se a gravidade, tanto da confissão da dívida como da proposta de sua liquidação. E, segundo informações que tenho, aquele passivo declarado na época foi praticamente liquidado durante o período acima referido, se bem que, segundo algumas informações colhidas em Brasília, algumas entidades devedoras utilizaram os recursos liberados para pagar contas antigas, liquidaram parte delas e, com o saldo, abriram novos compromissos, o que, na verdade, se constituiu um absurdo.

Mas, recentemente, voltou o governo a informar que o nível atual de seu endividamento já vencido assumia novas dimensões, atingindo a 140 bilhões de cruzeiros, e que os pagaria dentro de suas possibilidades.

Estranhamente, aliás, constata-se que o governo continua gastando mais do que pode, a despeito de estar exaurindo o sistema produtivo brasileiro e seus próprios contribuintes com taxaço direta e indireta que atingiu, na verdade, o seu limite máximo.

Numa avaliação cuidadosa, constatamos que os grandes devedores se localizam nas áreas de investimento federal. E sabemos, também, que as poderosas empresas governamentais tentam minimizar a importância do cumprimento de seus orçamentos, numa rebeldia de consequências danosas para o País e para seus fornecedores.

Mais grave do que toda essa evidência é o silêncio dos credores. Silêncio esse que, mesmo numa avaliação de superfície, comporta conclusões de profundidade. Como reação à inadimplência governamental, o que deveria acontecer na verdade seria uma mobilização nacional das lideranças empresariais, para pôr um basta nos abusos das contas não pagas pelo governo. Entretanto, isto não acontece, e o problema se arrasta.

Ao leitor, que contribui com sacrifício e responsabilidade com os impostos, destaco a inexplicável atitude de injustiça do governo, tão exigente em cobrar as suas contas e passivo ao pagá-las. E angustiante, também, imaginar a situação desses credores dos 140 bilhões de cruzeiros, que vêem escoar-se seus haveres ao longo dos meses que

separam o débito vencido do respectivo pagamento, numa inflação de dois dígitos que corrói seus haveres. Além da angústia, perturba-me o silêncio inexplicável dos fornecedores, quando, no meu entender, deveriam "virar a mesa" para cobrar aquilo que lhes é devido.

Talvez em socorro de minhas inquietações, um amigo e analista assíduo de todas as notícias em destaque no Brasil, que conhece as minhas preocupações com relação aos credores, perguntava-me se havia alguma conotação e, eventualmente, uma justificativa para os credores silenciosos, sem correção monetária, das contas do governo e as grandes fortunas brasileiras que foram publicadas por nomes de revistas mais lidas em nosso país. E, para auxiliar nesse raciocínio, dizia ele que, coincidentemente, dos credores do governo eram os detentores das maiores fortunas brasileiras.

Esse amigo, tecnoburocrata sério e competente, colocava a questão e sorria; e nesse sorriso tentava interpretar aquilo que chamava "a decifração de um enigma" que tanto me tem preocupado.

(*) Líder empresarial gaúcho.